

**MESTRADO**  
**ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**AS RELAÇÕES ECONÓMICAS E POLÍTICAS ENTRE A UCRÂNIA E A  
UNIÃO EUROPEIA (DESDE 1991 ATÉ 2017)**

**DARIYA MUTS**

**OUTUBRO-2019**

**MESTRADO**  
**ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**AS RELAÇÕES ECONÓMICAS E POLÍTICAS ENTRE A UCRÂNIA E A  
UNIÃO EUROPEIA (DESDE 1991 ATÉ 2017)**

**DARIYA MUTS**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO AUGUSTO DA ASCENSÃO MENDONÇA**

**OUTUBRO-2019**

## Resumo

A Ucrânia, com uma localização decisiva como estado-tampão entre as potências confrontantes, tornou-se o foco do sistema internacional com o desenrolar da crise política interna e externa de 2013. O conflito em torno da Crimeia e da Ucrânia Oriental tem de ser considerado num contexto de luta pela supremacia, principalmente entre Estados liberais e autoritários, esta que se caracteriza pela desconfiança mútua, avaliações erróneas, ideologia nacionalista e intenções expansionistas.

Com o presente trabalho pretende-se avaliar as relações económicas desenvolvidas entre a Ucrânia e a UE, contudo, tal não será possível sem analisar, de igual modo, as relações económicas e políticas estabelecidas pela primeira com a Federação Russa. Portanto, proceder-se-á à análise da política externa desenvolvida por cada presidente e da conjuntura económica ucraniana, de modo a, não só compreender as relações bilaterais Ucrânia-UE, como também revelar a influência russa. Serão igualmente relatados os motivos do conflito que levaram à violação da integridade territorial e as decorrentes alterações das relações políticas e económicas da Ucrânia em prol do aprofundamento destas com o Ocidente.

Como tal, constata-se que a Ucrânia, apesar de procurar diversificar as suas relações tanto políticas como económicas, ainda continua muito dependente da Federação Russa, esta que, por seu lado, procura restaurar a sua influência sobre os Estados do antigo Bloco Soviético.

**Palavras-Chave:** Geopolítica, Exportações, Comércio, Investimento Direto Estrangeiro, Anexação da Crimeia; Constant-Market-Share Analysis

## Abstract

Ukraine, with a decisive location as a buffer state lying between confronting powers, has become the focus of international system as the 2013 domestic and foreign political crisis unfolds. The conflict over Crimea and Eastern Ukraine must be considered in a context of struggle for supremacy, especially between liberal and authoritarian states, which is characterized by mutual distrust, misjudgments, nationalist ideology and expansionist intentions.

The present study proposes to evaluate economic relations developed between Ukraine and European Union, however, this will not be possible without analyzing, equally, economic and political relations established by the former with Russian Federation. Therefore, foreign policy developed by each president and the Ukrainian economic environment, will be analyzed to understand not only Ukraine-EU bilateral relations, but also to reveal Russian influence. The reasons for the conflict which led to the violation of territorial integrity and the resulting changes in Ukraine's political and economic relations in favor of their deepening with the West, will also be described.

As such, it turns out that Ukraine, despite seeking to diversify both political and economic relations, remains very dependent on the Russian Federation, which seeks to restore its influence over the states of the former Soviet Union.

**Keywords:** Geopolitics, Export, Trade, Foreign Investment Trade, Annexation of Crimea, Constant-Market-Share Analysis.

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Professor Doutor António Augusto da Ascensão Mendonça, por todos os conhecimentos transmitidos, ajuda e dedicação durante todo o período da elaboração do meu Trabalho Final de Mestrado.

Um eterno agradecimento aos meus pais, Oleksandr e Svitlana Muts, pela confiança depositada em mim durante todo o meu percurso académico, e o incansável apoio e motivação, não só durante a prossecução do Trabalho Final de Mestrado, como durante toda a minha vida.

Um especial agradecimento ao meu namorado, Bruno, por ter sempre acreditado em mim e nas minhas capacidades, pela paciência demonstrada, e pelo estímulo e força que me tem dado durante todos estes anos.

E, finalmente, aos meus amigos, que foram o meu apoio e uma fonte de inspiração ao longo de todo o meu percurso académico.

Um Grande Obrigada!

## Lista de abreviaturas

APC – Acordo de Parceria e Cooperação  
ATO – Zona de Operação Antiterrorista  
CEI – Comunidade dos Estados Independentes  
CMSA – *Constant Market-Share Analysis*  
EUA – Estados Unidos da América  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IDE – Investimento Direto Estrangeiro  
NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organização Não Governamental  
RSS – República Socialista Soviética  
UE – União Europeia  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
ZEE – Zona Económica Exclusiva

# Índice

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1.1. Metodologia .....</b>	<b>4</b>
<b>2. Relações Económicas e Políticas da Ucrânia com a União Europeia e a Federação Russa desde 1991 até 2017 .....</b>	<b>5</b>
<b>2.1 Desde a Independência até 2000 .....</b>	<b>5</b>
<b>2.2 A primeira década do século XXI.....</b>	<b>8</b>
<b>2.3 Desde 2010 até à Crise da Crimeia .....</b>	<b>10</b>
<b>3. Estrutura económica da Ucrânia.....</b>	<b>14</b>
<b>4. Investimento Direto Estrangeiro na Ucrânia .....</b>	<b>18</b>
<b>5. Análise <i>Constant-Market-Share</i> da estrutura das exportações ucranianas para a União Europeia e para a Rússia .....</b>	<b>22</b>
<b>6. Conclusão.....</b>	<b>30</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>33</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>39</b>

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1 - Análise das CMSA da Ucrânia 1992-2013.....</b>	<b>24</b>
<b>Tabela 2 - Análise das CMSA da Ucrânia 2013-2015.....</b>	<b>24</b>
<b>Tabela 3 - Análise das CMSA da Ucrânia 2015-2017.....</b>	<b>25</b>



## Índice de Anexos

<b>Anexo 1 - Variação das exportações da Ucrânia para a União Europeia e para a Rússia de 1992 a 2017.....</b>	<b>39</b>
<b>Anexo 2 - Variação das exportações dos produtos analisados da Ucrânia para a União Europeia de 1992 a 2017.....</b>	<b>40</b>
<b>Anexo 3 - Variação das exportações dos produtos analisados da Ucrânia para a Federação Russa de 1992 a 2017.....</b>	<b>41</b>
<b>Anexo 4 - Distribuição das exportações da Ucrânia de 1992 a 2017.....</b>	<b>42</b>
<b>Anexo 5 - Produção de Carvão na Ucrânia de 1992 a 2018.....</b>	<b>43</b>
<b>Anexo 6 - Investimento Direto Estrangeiro da Ucrânia de 1992 a 2018 .....</b>	<b>44</b>
<b>Anexo 7 - Mapa da Ucrânia: localização das indústrias de extração de carvão .....</b>	<b>45</b>

# 1. Introdução

A realidade política, social e económica vivida na Ucrânia, prende-se essencialmente com a existência de uma elite profundamente predatória que preside uma sociedade culturalmente dividida. Esta obteve a independência em 1991 pelos seus próprios esforços e, desde então, tem sido incrivelmente mal governada, tendo em conta o seu estatuto fraco e vulnerável, subjugando o seu interesse nacional às pressões exercidas pelos clãs regionais, ao sistema oligárquico e até aos interesses da máfia local. Consequentemente, estes problemas, aliados aos elevados níveis de corrupção, impossibilitam a criação de uma política externa e interna coesa, bem como condicionam o seu crescimento económico, uma vez que o mesmo torna o Estado ucraniano pouco credível internacionalmente.

Em 2014, os acontecimentos avassaladores na Ucrânia fizeram com que este, o segundo maior país ao nível da dimensão territorial e o oitavo mais populoso no contexto europeu, fosse o protagonista de um dos conflitos mais perigosos desde a Guerra Fria, este que se fez sentir não só na região, como as suas consequências, tiveram repercussão em todo o mundo. O desenrolar das ações entre a Ucrânia e o seu país vizinho fizeram com que se começasse a falar de uma nova guerra fria, demonstrando-se como uma das épocas de maior tensão nas relações internacionais desde a queda do muro de Berlim.

Embora os anos 90 tenham sido de elevada turbulência para a Ucrânia e para os seus decisores políticos, a questão da independência sustentável e a evolução da importância do seu papel na Europa continua a ter ênfase para o cenário das relações políticas e económicas internacionais. Muitos dos governos desenvolvidos do ocidente veem a Ucrânia como um Estado estratégico do ponto de vista geopolítico, uma vez que é um Estado-tampão entre os Estados ocidentais e a Rússia, para os quais a propagação de valores ocidentais, tais como a democracia e o desenvolvimento de uma economia de mercado, era fundamental de modo a compensar quaisquer vestígios da política e economia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Terterov, 2005).

A Ucrânia, um país situado no leste europeu, esteve sob o domínio direto estrangeiro por mais de 600 anos, tendo apenas ressurgido no mapa político europeu na década de 90 (Subtelny, 2009). A Ucrânia, apesar de ser parte integrante da União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas (URSS) desde 1922, deteve sempre um Ministério dos Negócios Estrangeiro e consagrou-se desde 1949 como membro independente da ONU, contudo, nunca tinha tido como preocupação a consagração de relações económicas e políticas com países terceiros, o que, em grande medida, dificultou o seu desenvolvimento enquanto Estado soberano (Kopirenko *et al*, 2010).

O documento que veio a consagrar a tão esperada independência ucraniana e o estabelecimento da sua soberania foi a Declaração de Independência da Ucrânia, adotada a 24 de agosto de 1991. Porém, como se veio a perceber posteriormente, a independência política ratificada não correspondeu na íntegra à independência económica, cultural ou mesmo psicológica relativamente ao país eslavo vizinho (Velychenko, 2007).

Em *The Gates of Europe: A History of Ukraine* relata-se que a criação da Comunidade de Estados Independentes por parte de Yeltsin, a qual integrou todos os Estados da ex-URSS, inclusivamente a Ucrânia, esteve assente na esperança russa de, futuramente, voltar a criar um espaço soviético (Plokhy, 2015). No entanto, a Ucrânia prosseguiu firmemente com a sua independência, o que potenciou um aumento de tensões entre a Rússia, que via a comunidade não só como uma tentativa de restabelecimento do seu poder económico, como também político, sobre as ex-Repúblicas Socialistas Soviéticas, e a Ucrânia, que procurava estabelecer a independência total, tendo rejeitado, em janeiro de 1993, assinar o Estatuto da CEI (*Idem*).

No seguimento destes acontecimentos, e de modo a reafirmar a sua soberania nacional, a *Verkhovna Rada*<sup>1</sup> da Ucrânia, a 2 de julho de 1993, aprovou as principais direções da sua política externa, na qual se estabelece a primordialidade de integração da Ucrânia no sistema internacional, em função do seu Interesse Nacional, que assentou em 3 vetores: "interesses estratégicos e geopolíticos, de modo a assegurar a segurança nacional e a proteção da sua independência política"; "interesses económicos, relacionados com a integração económica da Ucrânia no sistema internacional"; e, por fim, "interesses regionais, sub-regionais e locais, para responder às necessidades do desenvolvimento da Ucrânia" (Verkhovna Rada, 1993).

Desde a sua Independência até à atualidade, a Ucrânia já se confrontou com cinco Presidentes diferentes, os quais regem a política externa em direções, de certo modo,

---

<sup>1</sup> Conselho Supremo da Ucrânia.

controversas. Reconhecendo a sua posição geopolítica relevante, passou a exercer uma política externa multi-vetorial na primeira década da sua independência, ou seja, passou a criar laços com vários Estados, contudo, a prioridade da Ucrânia tinha sido sempre a Rússia, visto que sempre se destacou como o seu grande parceiro comercial (Kubicek, 2008). Porém, também houve presidentes que orientavam a sua economia e política mais para o ocidente, enfatizando as suas relações com a UE e os EUA, cooperando, múltiplas vezes, com a NATO (*Idem*).

Neste sentido, o presente Trabalho Final de Mestrado terá como objetivo dar resposta à questão: “Como se têm vindo a desenvolver as relações político-económicas entre a Ucrânia e a União Europeia, desde 1991 até 2017?”. Sendo que, para complementar o estudo, ter-se-á em consideração as seguintes perguntas subsidiárias:

- Serão dependentes as relações entre a União Europeia e a Ucrânia, das relações desenvolvidas entre esta última e a Federação Russa?
- Como se têm vindo a desenvolver as relações económicas e comerciais entre a Ucrânia e a União Europeia desde a Crise da Crimeia?

Como tal, o presente trabalho, inicialmente, irá analisar todos os acontecimentos e decisões políticas que tiveram lugar na Ucrânia desde a sua independência até 2017, enfatizando a política externa desenvolvida por cada Presidente. Tal será relevante para identificar as alterações na sua lealdade política e, compreender, como estas influenciaram o desenvolvimento económico da Ucrânia.

Seguidamente dar-se-á ênfase à estrutura económica da Ucrânia de modo revelar as suas primazias e vulnerabilidades económicas e do seu setor produtivo, e compreender as razões que levaram à sua forte dependência externa. Para além desta, irá ser analisado o IDE, as suas principais fontes e os setores industriais/económicos que estão dependentes do IDE desenvolvido por investidores externos, principalmente os que são provenientes da Federação Russa e da UE. E, por último, analisar-se-á a estrutura exportadora da Ucrânia, nos produtos que comprometem a maior parcela de exportações ucranianas, sob a luz do Constant Market-Share Analysis, de modo a compreender quais são os fundamentos das exportações ucranianas tanto para a União Europeia, como para a Federação Russa.

## 1.1. Metodologia

Para a realização do presente trabalho e, de modo a dar resposta à questão: “Como se têm vindo a desenvolver as relações político-económicas entre a Ucrânia e a União Europeia, desde 1991 até 2017?”, recorrer-se-á à análise das mais variadas fontes bibliográficas e, simultaneamente, à bases de dados numéricas.

O estudo, ao se centrar nas relações bilaterais entre os atores internacionais em análise, virá a ser fundamentado por fontes primárias, secundárias e terciárias. Já para a análise da esfera económica, e de modo a avaliar o desempenho das suas relações comerciais, ter-se-á a necessidade de recorrer à uma base de dados, de modo a obter os dados necessários relativamente ao mesmo nos anos 1991-2017. Simultaneamente, para examinar os fluxos comerciais, entre a Ucrânia e a UE, e entre a primeira com a Federação Russa, e compreender qual ou quais os produtos/bens que são mais transacionados entre os mesmos, recorrer-se-á à CHELEM (*Comptes Harmonisés sur les Echanges et L'Economie Mondiale*), que oferece uma desagregação dos produtos manufaturados em 72 categorias e, portanto, proporciona uma boa base de investigação.

Neste sentido, a investigação a ser desenvolvida terá uma vertente não só descritiva, como, também, explicativa, na medida em que haverá uma descrição de todas as alterações que aconteceram nas relações bilaterais entre a Ucrânia e a UE de 1991 até 2017, analisando-as à luz dos acontecimentos não só da conjuntura internacional, como também das políticas desenvolvidas pelo Estado vizinho, a Federação Russa.

## 2. Relações Económicas e Políticas da Ucrânia com a União Europeia e a Federação Russa desde 1991 até 2017

### 2.1. Desde a Independência até 2000

Com a obtenção de soberania, a Ucrânia passou a exercer o seu direito e dever de adotar uma Política Externa de acordo com o Interesse Nacional, contudo, esta foi bastante equívoca e pouco clara. Os cinco Presidentes, que ocuparam o cargo desde 1991 até à atualidade, dependendo das suas aspirações e afinidades com o ocidente (União Europeia, EUA e NATO) ou com o oriente (Rússia e CEI), acabaram por exercer uma Política Externa sem continuidade, tornando-se, assim, débil e pouco credível.

Assim, o primeiro documento que indica a autonomia na tomada de decisões relativamente à sua política externa, teve lugar antes da sua independência em 1991. A Declaração da Soberania da RSS da Ucrânia foi consagrada em julho de 1990, a partir da qual a Ucrânia começou a definir a sua orientação na política externa, tendo, até à sua independência, desenvolvido diversas relações com Estados terceiros. Com a independência, a formação da sua própria política externa ocorria num clima de deterioração das relações russo-ucranianas, época marcada por problemas de divisão da frota do Mar Negro e do restante setor imobiliário que outrora pertencia à URSS (Zhiltsov, 2013). Neste sentido, os académicos e decisores políticos precaveram ameaças à segurança nacional da Ucrânia, tais como o expansionismo russo com pretensões territoriais, o estímulo para conflitos interétnicos e a divisão territorial da Ucrânia, o bloqueio económico, a chantagem nuclear ou a ideologia pan-eslava com o domínio da cultura russa (*Idem*; Doroshko, 2011). Para a sua determinação como país independente, este tentou usufruir da detenção de armamentos nucleares no seu território, contudo, sem sucesso. A pressão exercida pela Rússia e pelos Estados Unidos levou a que esta, em janeiro de 1992, assinasse um acordo que visava, num período de 3 anos, ficar completamente desnuclearizada, e de acordo com o qual todas as cargas nucleares deveriam ser desmontadas e exportadas para a Rússia, e todos os bombardeiros estratégicos destruídos, com os custos suportados pelos EUA, numa tentativa de

demonstrar a sua disponibilidade em aprofundar as relações com o Ocidente (*Idem*; Dragneva e Wolczuk, 2015).

Uma das prioridades na política externa ucraniana foi o desenvolvimento das relações com o FMI que, por sua vez, apoiou a Ucrânia na formulação e aplicação das reformas económicas e monetárias, sendo que os recursos financeiros, que eram recebidos do FMI, eram alocados ao desenvolvimento dos setores de matérias-primas, nomeadamente a indústria petrolífera, mineira, de gás natural e a metalurgia, bem como para cobrir o défice orçamental (*Idem*). Toda esta conjuntura, que se organizou no imediato após a sua independência, levou a que este país, recentemente independente, estivesse, mais uma vez, sujeito à uma subordinação financeira e política muito forte, contudo, o desenvolvimento das relações com os países ocidentais mantinha-se como uma das suas prioridades (*Idem*; Kuzio, 2004).

O primeiro presidente da Ucrânia, Leonid Kravchuk, tinha uma orientação de acordo com os interesses dos estados ocidentais, tendendo para a concretização de uma união política e militar com os EUA, que deveria servir como ponto de apoio para a busca da sua autonomia face ao seu país vizinho (Dragneva e Wolczuk, 2015). Em 1993 a Ucrânia definiu as “Principais direções da política externa da Ucrânia”, documento que veio a enfatizar a prioridade das relações com os estados europeus e a futura integração na União Europeia (Usova, 2011), após o qual, a Comissão abriu a sua delegação na Ucrânia e iniciou as negociações sobre o Acordo de Parceria e Cooperação (APC), o qual viria a entrar em vigor em 1998, tendo-se tornado o quadro económico-político em função do qual têm vindo a desenvolver-se as relações UE-Ucrânia (Devetak e Sirbu, 2012; European Commission, 1998). Simultaneamente a este vetor da política externa, a Ucrânia demonstrou a necessidade de se afastar da influência russa, tendo delineado esta premissa como outra prioridade da sua política externa, esta que não teve em consideração a realidade das relações económicas, políticas, sociais e culturais da Rússia e da Ucrânia (*Idem*).

Uma nova etapa na política externa ucraniana, que teve início com a chegada ao poder de Leonid Kuchma em 1994, demonstrou ser mais equilibrada e pragmática, pelo que, nesta altura começou por ser usado o termo de multi-vetorial, ou seja, a política externa ucraniana pretendia a aproximação do ocidente e a continuidade das relações

políticas e económicas privilegiadas com o seu país vizinho, contudo, na prática esta tendência não se concretizou, prevalecendo apenas a opção ocidental (*Idem*). Assim, no início do seu mandato, num discurso no Conselho da Europa em Estrasburgo, tinha sido formulado, pela primeira vez, o seu pedido de adesão à União Europeia, tendo-se baseado no artigo 49º do Tratado da União Europeia, que declara a possibilidade de qualquer país europeu solicitar a adesão (Devetak e Sirbu, 2012; European Commission, 1998). Todavia, a Ucrânia não cumpria nenhuma das condições que tinham sido estabelecidas na reunião do Conselho em Copenhaga em 1993, onde se tinham formulado os critérios para a adesão de países pós-comunistas, sendo eles critérios políticos, institucionais, económicos e administrativos (Aslund, 2015). Como tal, o APC, que não previa uma adesão à União Europeia, era visto como a única possibilidade de desenvolvimento das suas relações bilaterais, no seio do qual se iria estabelecer a cooperação política e seriam fixados os objetivos para a cooperação em diferentes domínios, entre eles, o comércio e o investimento (Jakubiak e Kolesnichenko, 2006).

Simultaneamente, continuavam as negociações para a inserção da Ucrânia na NATO, sendo que a sua integração em estruturas internacionais que servissem de base para a garantia da segurança do país, era delineada como outra prioridade da política externa ucraniana. O que se veio a concretizar com a ratificação da Carta de Parceira em 1997, demarcando o primeiro grande passo para a integração ucraniana na estrutura euro-atlântica, que servia como esperança que esta serviria de base para uma futura integração na União Europeia (Usova, 2011; NATO, 1997).

Como exemplo da manifestação da política externa pró-ocidental de Kiev pode ser considerada a participação da Ucrânia na GUAM (Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia), organização internacional no espaço pós-soviético, que apareceu imediatamente após o colapso da URSS, mas que tinha como prioridade o desenvolvimento das relações políticas com os países ocidentais (Zhiltsov, 2013). Esta organização contou, principalmente, com o apoio de Washington, e as suas atividades tiveram como objetivo limitar o impacto da Rússia, principalmente na Transcaucásia, no Mar Cáspio e nas Regiões do Mar Negro. Para a Ucrânia, a necessidade de integrar a organização foi determinada pela necessidade de restringir as tendências neoimperialistas



russas de reintegrar os países ao seu redor na Comunidade de Estados Independentes (*Idem*).

Apesar destas relações bilaterais pouco estáveis e, por um lado agressivas, Kiev e Moscovo vieram a ratificar o Acordo de Amizade, Cooperação e Parceria, em maio de 1997 (*Idem*; Acordo Bilateral Ucrânia-Rússia, 1997). Este viria a estabelecer uma legislação no âmbito da qual ambos os países continuariam a estabelecer as suas relações políticas e económicas, que viriam a assentar, entre os demais, nos princípios de respeito mútuo, igualdade soberana, integridade territorial, inviolabilidade das suas fronteiras, o não uso da força ou a ameaça da mesma, a não interferência nas relações internas, e a abstenção na participação em organizações e a ratificação de acordos que possam vir a deteriorar a segurança de uma das partes, entre outros (*Idem*).

## 2.2. A primeira década do século XXI

A passagem dos anos 90 para 2000 apresentou-se como a época mais dramática da história da existência da Ucrânia como Estado independente. O segundo mandato de L. Kuchma (1999-2004) caracterizou-se pelos sucessivos fracassos políticos, tais como o insucesso da europeização da Ucrânia, a ausência de resultados nas demais tentativas de aprofundamento da integração euro-atlântica, e a falta de credibilidade da liderança política ucraniana, fazendo com que esta voltasse a enfatizar o seu vizinho do leste (Zhiltsov, 2013). Encorajados pela falta de vontade de Bruxelas e Washington em considerar a Ucrânia como um parceiro igual nas relações políticas e económicas, procedeu-se a uma revisão das prioridades da política externa pela liderança ucraniana.

Segundo Zhiltsov, o interesse em expandir as relações bilaterais russo-ucranianas começou a declinar quando L. Kuchma restaurou a sua posição dentro do país, o que lhe permitiu, em 2002, fazer um apelo à "Escolha Europeia. Base conceptual da estratégia de desenvolvimento económico e social da Ucrânia para 2002-2011", junto do Parlamento Europeu. Simultaneamente, numa reunião do Conselho Nacional de Segurança e Defesa (NSDC), Kuchma anunciou pela primeira vez a sua intenção de se juntar à NATO.

A crescente cooperação, que até então se fortalecia, entre a Ucrânia e a NATO, não teve o desenvolvimento esperado, o aumento da instabilidade política dentro da Ucrânia, associada às tensões das novas eleições presidenciais e os crescentes problemas

socioeconómicos, tornaram-se fatores restritivos para a expansão das relações com a Aliança. As intenções de aproximação e integração da Ucrânia com a NATO e a UE foram substituídas pelo aumento da cooperação com a Comunidade dos Estados Independentes e, especialmente, com a Rússia (*Idem*). Consequentemente, em 2003, Kuchma ratificou com os presidentes da Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia um acordo sobre a criação de um espaço económico único, alegando o interesse político e económico na integração, todavia, o mesmo não se concretizou (*Idem*). Assim, nos primeiros três anos do novo milénio, o presidente ucraniano e a *Verkhovna Rada* adotaram documentos que visavam alcançar objetivos opostos e contraditórios. Isso apenas confirma o facto de que, no segundo mandato de L. Kuchma, a política multi-vetorial desenvolvida, com impulsos geopolíticos, prejudicou a posição da Ucrânia na arena internacional e, por sua vez, tanto impossibilitou a integração na Europa, como inviabilizou o fortalecimento das relações com a Rússia. De um modo geral, denota-se que as flutuações da política externa refletiam os variados processos políticos internos que desenrolavam na Ucrânia, e as pressões exercidas pela elite política e económica que se fundamentavam na obtenção de maiores lucros para as suas empresas. Com efeito, a ascensão da oligarquia nas duas primeiras décadas após a independência, é considerada como um fator-chave do fraco desempenho económico, e, consequentemente a incapacidade de promover a remodelação do sistema político e de afastar a influência russa (Havrylyshyn, 2017).

A Revolução Laranja, ocorrida nas eleições presidenciais de 2004, demonstra, pela primeira vez, a competição geopolítica da Ucrânia entre os dois polos de influência mundiais. Sendo notório o envolvimento de ONGs americanas por um lado e, por outro, o envolvimento russo no financiamento da campanha política de Viktor Yanukovych, que levou à Revolução Laranja, bem como o atentado à vida do candidato com aspirações ocidentais, Yushchenko (Pridham, 2014; Kalb, 2015). Esta revolução da população ucraniana era vista por Kremlin como uma ameaça à sua autoridade sobre o sistema político do país vizinho, pelo que a Federação Russa tentou exercer *soft power* de diferentes níveis, com o objetivo de estabelecer um controlo inédito sobre o governo ucraniano (Pridham, 2014). A chegada de Yushchenko à presidência, em 2005, pretendia inverter dramaticamente as prioridades da política externa ucraniana, sem oscilar entre o aprofundamento das relações com o seu vizinho do Leste ou com as potências ocidentais,

este optou por escolher, radicalmente, um rumo pró-ocidental, com o aprofundamento da cooperação com a UE, os EUA e a NATO. Consequentemente, desde 2005, Kiev recusou a política multi-vetorial, a qual tinha sido o foco dos governos anteriores, e começou por concretizar uma política externa ucraniana com um carácter pró-ocidental pronunciado, tendo solicitado medidas específicas à UE das necessárias reformas na Ucrânia com vista ao início das negociações para um Acordo de Associação e um delinear da perspectiva de adesão da Ucrânia à UE (Dragneva e Wolczuk, 2015). Ao mesmo tempo, as relações com a Rússia entraram num período de resfriamento e confronto.

No ano de 2004, após a adesão à Política Europeia de Vizinhança, foi elaborado um plano de ação bilateral, o qual viria a ser ratificado no ano seguinte e com prazo de implementação de três anos (Jakubiak e Kolesnichenko, 2006). Este definia prioridades nas mais diversas áreas e contemplava políticas necessárias para a sua correta implementação, neste caso no domínio económico, definiu a necessidade da Ucrânia integrar a OMC, de proceder à remoção das barreiras não-tarifárias do comércio, a melhoria do clima de investimento, a reforma fiscal e, consequentemente, a aproximação das legislações, com a posterior possibilidade de criação de uma Zona de Comércio Livre (*Idem*). Assim, já desde 2005, a cooperação económica bilateral tinha sido moldada conforme a PEV e o plano de ação delineado (*Idem*).

Com a política externa implementada por V. Yushchenko, sendo perfeitamente uni-vetorial, dirigida para o ocidente e enfatizando a posição anti-russa, não se obtiveram os resultados esperados no meio internacional. Neste sentido, a parceria estratégica com a Rússia foi destruída, sem ter sido criada uma base suficientemente forte para uma parceria com o Ocidente. Como resultado, a Ucrânia criou um clima de tensão geopolítica e económica com a Rússia, o que virou a elite política ucraniana contra o presidente vigente (Zhiltsov, 2013).

## 2.3. Desde 2010 até à Crise da Crimeia

As eleições presidenciais de 2010 deram início ao mandato V. Yanukovych, que promoveu uma política externa completamente distinta das anteriores. Logo após a sua eleição, Yanukovych introduziu uma série de alterações na Constituição, ao aparato de segurança e ao sistema político, de modo a consolidar e impedir futuros desafios ao seu

poder político (Zhiltsov, 2013). Em termos constitucionais, Yanukovych alterou, novamente, as alterações constitucionais provocadas pela Revolução Laranja de 2004, e restaurou o sistema presidencialista, para além de aumentar o poder do executivo com uma estrutura fortemente centralizada (*Idem*). Assim, pode-se referir que, com a sua chegada ao poder, o líder democraticamente eleito procede a alterações políticas pronunciadas, e, em conformidade com o seu vizinho russo, procura impedir as mudanças de regime e as sucessivas revoluções civis (Dragneva e Wolczuk, 2015).

Consequentemente, o presidente ucraniano encerrou o processo de adesão à NATO, demonstrando, assim, a disposição da Rússia em considerar os seus interesses de política externa (*Idem*). Iniciado o processo de negociações ativo entre a Rússia e a Ucrânia, este culminou com a ratificação de vários documentos, entre os quais se destaca o Acordo sobre a extensão do período de base da frota do Mar Negro até ao ano 2042, em troca, a Ucrânia auferiu de um desconto de 30% no gás natural russo (*Idem*).

As alterações da lealdade do governo ucraniano, que já se tinham evidenciado, tornaram-se ainda mais visíveis durante o processo de negociação do Acordo de Associação com a União Europeia. Simultaneamente às negociações com a Europa, este procedia a uma série de outras negociações com a Rússia, que resultaram na ratificação de um conjunto de acordos bilaterais, em dezembro de 2013, entre os quais se destacava uma cooperação no que toca à importação de gás, acordos comerciais, cooperação industrial, e, em contrapartida, sanções económicas do governo russo, como reação à ratificação do Acordo de Associação em 2013 entre a Ucrânia e a UE (Pridham, 2014; Dragneva e Wolczuk, 2015). Estes desenvolvimentos levaram a que Yanukovich enfatizasse os benefícios totais estimados da renovação das relações políticas e económicas com a Rússia em US \$ 5,1 mil milhões, contra os US \$ 36,9 mil milhões que seriam associadas às perdas decorrentes da assinatura do Acordo de Associação, e como tal, levou à postergação da conclusão do Acordo de Associação (Aslund, 2015; Dragneva e Wolczuk, 2015). Estes desenvolvimentos da aplicação da política externa desencadearam protestos em massa internos em defesa de valores europeus, os quais ficaram mundialmente conhecidos como *Euromaidan* (Aslund, 2015). Os calamitosos eventos na Ucrânia em fevereiro de 2014 resultaram no colapso do regime de Yanukovych e uma mudança de governo. Um dos primeiros passos dos novos líderes

políticos foi a reafirmação do curso pró-europeu, expressando a sua intenção em ratificar o Acordo de Associação com a UE, o que foi rapidamente seguido pela assinatura efetiva da parte política do Acordo em 21 de março (Dragneva e Wolczuk, 2015). Os eventos que então se desenrolavam, não foram bem recebidos por Kremlin, uma vez que negligenciou as suas pretensões regionais e de afirmação do seu poder global, e, por outro lado, tinham sido qualificados como tentativa do ocidente de derrubar o regime de Putin (*Idem*). Como resposta a estes desenvolvimentos, a Rússia procurou enfraquecer a decisão da Ucrânia pró-europeia ao alterar as suas fronteiras. O caos administrativo, político e económico sentido não só na capital, bem como em todas as regiões ucranianas, e a falta de autoridade política, foram aproveitados pela Rússia para colocar em causa a integridade territorial da Ucrânia. Com início na invasão da Crimeia, a Rússia rapidamente tentou instaurar o caos nas restantes regiões, principalmente nas do leste da Ucrânia, que, através dos *media*, agitavam a população local contra as novas autoridades de Kiev, retratando-as como forças de extrema-direita e fascistas que ameaçavam o bem-estar da população russa e dos russo-falantes que viviam naquelas regiões. Deste modo instaurou-se o caos completo aquando dos movimentos separatistas das regiões Donetsk e Lugansk, que se autoproclamaram de Repúblicas Populares e iniciaram a guerra com a Ucrânia (Dragneva e Wolczuk, 2015).

Contudo, não foi só a opção pró-ocidental que motivou a Rússia a fazer a invasão da Crimeia e das Regiões de Donbas (Donetsk e Lugansk), sendo que estas regiões são, simultaneamente, detentoras de extensas reservas de recursos energéticos, entre os quais se destaca o carvão, o petróleo, gás natural e o minério de ferro. O Mar Negro, e em especial a ZEE da península da Crimeia, possui significativas reservas de petróleo e gás *offshore*, as suas reservas de gás natural são estimadas em cerca de 45 triliões de metros cúbicos, no entanto, por serem localizadas no subsolo do Mar Negro, implica que a exploração das mesmas seja cara, complicada e com um grande risco ambiental, mas não obstante, estas atraíram a atenção de empresas de renome internacionais como ExxonMobil, Chevron e Shell, que acabaram por se afastar após o deflagrar da crise (Stelmakh, 2014; Graaf e Colgan, 2017; Cohen, 2019). Já nas regiões do leste da Ucrânia é predominante a extração de carvão, sendo que é na região de Donbas que estão 85% das reservas de carvão da Ucrânia (Anexo 7), como tal, o início das hostilidades resultou na

redução de 90 para 35 minas que estavam subordinadas ao Ministério da Energia e Indústria do Carvão, das 60 minas sob domínio privado, 30 estão localizadas na zona de conflito, neste sentido, 57% de todas as minas existentes no território ucraniano estão localizadas na zona ATO, o que resultou numa redução abrupta da produção de carvão, tal como está visível no Anexo 5 (Snihur, Malashkevych, e Vvedenska, 2016). Para além da sua importância energética, estas regiões têm, também, inúmeras indústrias de produção de equipamento militar essencial para a Rússia (Fischer, 2014). Tendo em conta todos estes acontecimentos, é notória a consequente deterioração das suas relações internacionais, mas também da sua situação económica.

Como tal, a Ucrânia que, desde 1991, procurava autonomia política e económica, e com o reconhecimento da sua importância geoestratégica, acabou por formular uma política externa multi-vetorial bastante instável, insegura e débil, que oscilou durante mais de 25 anos entre dois polos muito distintos. Esta, com uma posição geoestratégica relevante, foi se tornando cada vez mais dependente tanto da União Europeia como da Rússia, não só politicamente, como também economicamente, tal como será relatado nos capítulos seguintes.

### 3. Estrutura económica da Ucrânia

Com a Independência, durante a década de 90, o governo da Ucrânia comprometeu-se a construir uma economia de mercado, com a formulação e a implementação de reformas, entre as quais se destaca a privatização, gestão fiscal e monetária mais rigorosa, a liberalização das políticas monetárias, a liberalização comercial e a racionalização e modernização do sistema interno bancário, para além de se denotar o esforço por parte do Estado em conceder incentivos para os investidores estrangeiros (Terterov, 2005).

O fraco desempenho económico ucraniano na década de 90, sendo considerada em 1991 como uma das RSS mais pobres<sup>2</sup>, (*Idem*; Sutela, 2012), denotou-se na recessão económica anual entre os 9.7% e os 22.7% nos primeiros 5 anos da sua independência, o que se veio a agravar com os problemas económicos que a Rússia passava, que a forçou a desvalorizar a sua moeda e o incumprimento da sua dívida externa, o que evidenciava a forte dependência da Ucrânia da economia e política russa (Kalb, 2015). Apenas nos primeiro anos de 2000 presenciou-se uma melhoria significativa do seu desempenho económico, com as taxas de crescimento económico que atingiam os 7.4%, fortemente associada aos feitos do Primeiro-ministro entre 2000 e 2001, e posteriormente Presidente da Ucrânia entre 2005 e 2010, Viktor Yushchenko, que mostrou ser dedicado às reformas que manteve, como o reforço da gestão económica, o combate à corrupção e a implementação de uma política pró-europeia, apesar de manter laços políticos e económicos estreitos com o seu vizinho (Terterov, 2005; Sutela, 2012). Para além dos seus feitos, uma grande contribuição para o crescimento económico teve o setor da construção (25% do crescimento), a manufatura (16,5% do crescimento), o comércio por grosso e a retalho (11%) e os transportes (10,1%), e, em parte, o exponencial crescimento da indústria em 14,6% compensou o declínio na agricultura em 24,6% nos primeiros anos de 2000 (Terterov, 2005). Denota-se que, nos primeiros anos do presente milénio, as exportações ucranianas cresceram a um rácio de 25,6%, contudo o crescimento das

---

<sup>2</sup> Apenas o Azerbaijão, a Geórgia, o Quirguistão, o Tadjiquistão e o Uzbequistão tinham um PIB *per capita* inferior, é, igualmente, de realçar que até a Moldávia e o Turquemenistão, geralmente considerados como repúblicas soviéticas muito pobres, tinham um desenvolvimento económico melhor (Terterov, 2005).

importações ainda foi mais decisivo, com um crescimento de 27,2%, o que demonstra uma economia com uma balança comercial profundamente débil.

Desde a antiguidade, os comerciantes de outrora relatavam que os territórios a norte do Mar Negro, onde atualmente se encontra a Ucrânia e os restantes países eslavos, sempre foram territórios altamente produtivos, com elevadas quantidades de recursos agrícolas, e que, deste modo, alimentavam a maior parte dos países europeus (Havrylyshyn, 2017). Como tal, a economia ucraniana foi, tradicionalmente, dominada pela agricultura, e a própria população sempre se demonstrou tendencialmente camponesa. Por sua vez, as populações predominantes das zonas urbanas eram provenientes de outros países vizinhos (polacos e russos) que se dedicavam ao comércio, artesanato e detenção de cargos na função pública (Kubicek, 2008). Contudo, mesmo com a urbanização e a industrialização, que ocorreu apenas nos finais do século XIX e inícios do século XX, a agricultura permanecia uma constante na economia ucraniana e, portanto, continuava a ser a principal fonte de rendimento para a maioria da população (*Idem*).

Aquando da integração na União Soviética em 1922, a Ucrânia apresentou-se como o maior produtor agrícola, sendo que esta era responsável por 25% da produção agrícola da URSS (*Idem*). Entre as suas principais culturas são encontradas milho, beterrabas, batatas, trigo, cevada e outros grãos e cereais, tudo isto deve-se à elevada qualidade dos seus solos, denominada por *chernozem*, e ao clima temperado propício para o cultivo, que aumentam exponencialmente o potencial agrícola do país (*Idem*; Havrylyshyn, 2017). De acordo com os dados fornecidos pelo Banco Mundial, a agricultura, em 2005, representava 11% do PIB da Ucrânia e, simultaneamente, um quinto da sua população estava integrada neste setor (Kubicek, 2008). Contudo, o sistema agrícola também se apresenta bastante débil, devido ao sistema coletivo agrário que se instaurou com a URSS denominado por *kolkhoz*, através do qual todo o setor agrícola era centralizado e todos os meios de produção pertenciam e eram fornecidos pelo Estado para o cultivo de terras, porém, devido à estrutura desta organização agrícola, havia grandes entraves à sua modernização e ao aumento do seu potencial (Havrylyshyn, 2017).

Para além do potencial agrícola já referido, a Ucrânia também tem um setor industrial significativo, que se apresenta pouco sofisticado e, em grande parte, construído durante os tempos de integração soviética, sendo, portanto, localizado maioritariamente nas



regiões mais orientais do país e que integram indústrias de elevado fluxo de exportação, como o ferro e o aço (Kubicek, 2008). Contudo a ênfase dada à industrialização durante as décadas de pertença à URSS, retirou capacidade ao setor de serviços, que se caracterizou nas primeiras décadas da independência como um setor de débil disponibilidade, diversidade e qualidade (Havrylyshyn, 2017).

As escassas reservas de petróleo ou gás natural, especialmente após o esgotamento das reservas petrolíferas dos Cárpatos na década de 70 do século passado, fez com que a Ucrânia permanecesse maioritariamente dependente das importações de gás da Rússia, uma das suas principais fragilidades, tendo feito pouco esforço para a diversificação das suas fontes e melhorias na sua eficiência energética (*Idem*). Portanto, os preços favoráveis do gás, por parte do seu parceiro comercial, foram extremamente importantes para as elites políticas e económicas da Ucrânia, especialmente no que toca aos ramos metalúrgicos e químicos, e indústrias de alta implementação energética. (Dragneva e Wolczuk, 2015; NATO, s.d.). Manter a Ucrânia dentro da sua esfera de influência foi, indubitavelmente, a primordialidade estratégica de Kremlin de recriar a imagem de superpotência, esta que ganhou maior ênfase com a chegada de Vladimir Putin ao poder. Este esforço promoveu a ideia de uma alternativa melhor à integração da Ucrânia na União Europeia, a União Aduaneira da Eurásia (*Idem*). A estratégia de dependência energética ucraniana bem-sucedida, permitiu, à Rússia, alcançar outros objetivos desejados, entre os quais se destaca o arrendamento do Porto de Sevastopol em 1997 para a frota do Mar Negro da Rússia por um período de 20 anos, em troca da dívida de gás acumulada pela Ucrânia, prorrogada pelo Viktor Yanukovich até 2040, e inúmeros *swaps* de capital em dívida (Havrylyshyn, 2017).

Toda esta dependência, que resultava de o facto de 70% do gás consumido no país ser proveniente de importações, levou a crises políticas e económicas dentro do próprio país (Suteka, 2012). Para colmatar a grande dependência energética foram formadas estratégias de diversificação de gás natural, o governo de Yanukovich tinha conseguido diminuir as importações de gás provenientes da Rússia de 45bcm em 2011, para 28bcm em 2013, sendo que, o grande objetivo era terminar as importações de gás provenientes dos fornecedores russos até 2020, o que se tornou concretizável devido à abertura de novos focos de extração de gás natural convencional e não convencional no território

ucraniano, principalmente na Crimeia e nas regiões de Donetsk e Lugansk, sendo considerado o terceiro país da europa com as maiores reservas de gás de xisto (NATO, s.d.).

## 4. Investimento Direto Estrangeiro na Ucrânia

Inicialmente, a Ucrânia era vista como um país com grande potencial económico e atraente para investimentos estrangeiros pelas seguintes razões: um mercado vasto para venda de mercadorias e serviços; capital humano altamente qualificado e com salários relativamente baixos; elevada quantidade de matérias-primas; e um grandioso potencial geográfico (Terterov, 2005).

O IDE poderá desempenhar um papel económico importante para a Ucrânia. Tal como o país requer um maior crescimento económico para proporcionar melhores padrões de vida para a sua população, o IDE poderá contribuir para esse objetivo não só através de um acesso aprimorado ao capital das empresas nacionais, levando a um aumento dos investimentos e um aumento do capital social das empresas, como através da inserção de métodos de gestão mais modernos, da disponibilização de tecnologias mais avançadas, e da diversificação de fornecedores e redes de clientes (cadeias de valor), que poderão trazer melhorias significativas da produtividade das empresas nacionais (Saha, Kravchuk e Kirchner, 2018).

No entanto, na realidade, a Ucrânia teve grandes dificuldades em obter acesso aos mercados. Segundo Vladimir Konovalov, do Departamento de Práticas de Comércio *Antidumping* e Desleais do Ministério das Relações Económicas Estrangeiras, os produtos ucranianos enfrentam discriminação nos mercados internacionais (Crane e Larrabee, 2007). Além disso, este salientou a existência de *dumping* de mercadorias nos mercados ucranianos por parte de países em desenvolvimento como Brasil, México e Indonésia, o que destrói todo o potencial competitivo da Ucrânia (*Idem*).

Desde a sua independência, o governo pretendia criar uma economia de livre mercado e procurava IDE para promover a sua expansão económica. Desde o fim da URSS, a Ucrânia enfrentou sérias dificuldades económicas, com a queda dos níveis de produção na maioria dos setores económicos, e a hiperinflação (Peitsch, 1997). O programa de reformas de 1994, iniciado para estabilizar o sistema económico ucraniano, começou por alcançar algum sucesso apenas em 1996, aquando da implementação de um programa ambicioso de privatização e a adoção de novas leis comerciais de regulação do comércio, da tributação e do sistema bancário, e a transparência do investimento e da atividade comercial (*Idem*). Neste sentido, em 1992, a Ucrânia tinha atraído 200 milhões

de dólares em IDE, contudo, o mesmo reduziu para 159 milhões em 1994, tendo sido notória uma recuperação em 1996, ano em que a Ucrânia atraiu 521 milhões de dólares de IDE (Banco Mundial, 2019). Conforme o Anexo 6, a Ucrânia começou a desfrutar de fluxos consideráveis de IDE só após 2003, no entanto, o mesmo permanecia bastante modesto, e só com a chegada ao poder de V. Yushchenko, que procurou aprofundar as relações económicas e políticas com a UE, houve um verdadeiro aumento do IDE (*Idem*).

A Ucrânia, que apesar de ter um grande potencial de desenvolvimento económico, continua a ter inúmeros obstáculos às negociações e ao investimento estrangeiro, entre os quais se destacam: os altos níveis de corrupção, um ambiente regulatório complicado, sendo que os investidores estrangeiros enfrentam procedimentos complicados e demorados para registar e abrir um negócio e, uma vez aberto, estes estão sujeitos a frequentes auditorias fiscais e inspeções das autoridades sanitárias, de segurança, e outras agências ucranianas; a indisponibilidade de terrenos e instalações, uma vez que as áreas desocupadas têm a classificação de áreas agrícolas, e como tal, por lei, estas não podem ser compradas ou vendidas, motivo pela qual muitos dos investidores terem grandes dificuldades em obter terrenos; deficiências do Direito Comercial e das leis relativas às sociedades de ações; as privatizações inconsistentes, uma vez que estas, por norma, resultavam na aquisição de empresas estatais por empresários ucranianos ou empresas estrangeiras controladas por ucranianos, tendo apenas os empresários russos conseguido fazer algumas aquisições; os investidores estrangeiros achavam o setor energético o mais difícil de penetrar, sendo que as suas leis, direcionadas para permitir o investimento direto, eram as que mais desencorajavam (Crane e Larrabee, 2007; Terterov, 2005).

O IDE começou a cair significativamente já no ano de 2013 em cerca de 46.4%, fruto das incertezas políticas e económicas vividas no país, à semelhança do que tinha acontecido em 2009, quando o IDE na Ucrânia teve uma redução de 56% com a crise financeira global (Banco Mundial, 2019). No entanto a queda abrupta em 2014 foi sem precedentes, e apesar de um aumento nos anos subsequentes, estes continuaram a ser bastante medíocres (*Idem*).

Os países da UE são as principais fontes de IDE na Ucrânia, representando mais de 75% do *stock* total de IDE nos finais de 2010, embora estes possam incluir alguns investimentos de filiais baseadas na UE que pertencem a países terceiros (OECD, 2011).

Para além dos países da União Europeia, também têm predominância no investimento na Ucrânia países como a Federação Russa, que comprometia, em 2010, 8% da totalidade do IDE, e os Estados Unidos, com 3% (*Idem*).

Os principais investidores na Ucrânia são da União Europeia ou da própria Rússia, contudo, o Chipre tem sido, tradicionalmente, a maior fonte de IDE na Ucrânia, sendo que a sua participação no investimento na Ucrânia ronda um terço de todo o IDE na Ucrânia. Uma explicação possível para uma parcela tão alta do investimento na Ucrânia prende-se ao facto de que a maior parte dos investidores do Chipre serem de origem ucraniana (“*round-tripping*”), russa, ou operações de investimento realizadas através de unidades *offshore* de países terceiros, além do Chipre, servem do mesmo propósito, as Ilhas Virgens Britânicas, o Luxemburgo e os Países Baixos (OECD, 2016). À primeira vista, países desenvolvidos como Alemanha também parecem investir bastante na Ucrânia, no entanto, a principal fonte do seu investimento advém da indiana ArcelorMittal, o maior investidor estrangeiro na Ucrânia, que usa a sua filial alemã para o controlo das indústrias de aço (*Idem*). Enquanto os países da UE representam 77,2% do total do IDE, a parte da UE é provavelmente exagerada, dada a importância do Chipre e da sua popularidade como um fluxo de investidores não pertencentes à UE (*Idem*; Averchuk, 2017).

A presença russa no IDE da Ucrânia muitas vezes é menosprezada, contudo, detém uma importância bastante mais significativa do que a que está refletida nas estatísticas disponíveis. Uma grande parte do investimento russo nos inícios do século 2000 resultou em *swaps* de capital em dívida relacionados com a dívida energética da Ucrânia relativamente à Federação Russa (Havrylyshyn, 2017). As primeiras ofertas de *swaps* de capital em dívida sucederam em 1993 devido às suas reservas externas mínimas, dadas as más condições económicas e a recusa do FMI em fornecer apoio ao governo que não tinha reformas políticas e económicas em curso, resultado numa dívida de 2-3 mil milhões de dólares relativamente às importações de recursos energéticos (*Idem*; OECD, 2011). O investimento russo na Ucrânia também tem uma grande parcela de investimento realizado por empresas russas já presentes no território ucraniano, e como tal, é tratado como investimento doméstico e excluído das estatísticas do investimento direto estrangeiro (OECD, 2011).

A Ucrânia não teve sucesso, desde os anos 90, na diversificação da agroindústria e da indústria pesada, em direção às atividades com maior implementação tecnológica. Portanto, o IDE nos finais do ano 2010, foi maioritariamente direcionado para o setor dos serviços financeiros, este que absorveu cerca de um terço da totalidade do IDE, seguido pelo setor da manufatura, que representava 28% de todo o investimento direto estrangeiro, e apesar da Ucrânia manter a vantagem comparativa no setor agrícola, este apresentou sempre investimentos bastante modestos, 2%, o que refletia as limitações existentes na aquisição de terrenos agrícolas e restrições no comércio de cereais, com um aumento do intervencionismo no comércio de produtos agrícolas (OECD, 2011).

Em meados de 2015, o *stock* interno total ainda era fortemente dominado por serviços financeiros (26,5%) e pela manufatura (26,2%) que em conjunto são responsáveis por mais de metade do IDE em 2015, seguidos pelo setor comercial e de reparação, que representam cerca de 13% do *stock* de IDE (OECD, 2016). O setor metalúrgico, no qual a Ucrânia tem vantagem, uma vez que é um dos maiores produtores de aço do mundo, é responsável por metade do IDE que entra no setor industrial e 12,2% do *stock* total de IDE. E no mesmo ano denotou-se uma deterioração ainda maior da atração deste investimento pelo setor agrícola, que esteve responsável apenas por 1,2% da totalidade do IDE, refletindo, assim, mudanças regulatórias imprevisíveis no setor e restrições à exportação de cereais (*Idem*).

## 5. Análise *Constant-Market-Share* da estrutura das exportações ucranianas para a União Europeia e para a Rússia

Para a explicação das relações económicas da Ucrânia com a União Europeia e com a Rússia será necessária uma análise com a metodologia *shift-share*, ou *constant market share*, desenvolvida em 1951, a partir de trabalhos de Tyszynski, a qual obteve grande popularidade na área da Economia Internacional, contudo, sujeita a inúmeras reformulações, sendo a mais popularizada a de Leamer e Stern de 1970, que decompõe o desempenho de exportações de um país a partir da taxa de crescimento total das suas exportações. Esta metodologia proporciona uma avaliação da variação das exportações do país em análise e apresenta as contribuições de cada variável (Efeito de Estrutura e Efeito Competitividade), para a determinação do Efeito Total (Fontoura e Serôdio, 2016).

$$\underbrace{\frac{\sum_i \sum_j X_{ij,t} - \sum_i \sum_j X_{ij,t-1}}{\sum_i \sum_j X_{ij,t-1}}}_{\text{TOTAL EFFECT}} = \underbrace{\frac{\sum_i \sum_j S_{ij,t-1} \Delta X_{ij}^*}{\sum_i \sum_j X_{ij,t-1}}}_{\text{STRUCTURE EFFECT}} + \underbrace{\frac{\sum_i \sum_j \Delta S_{ij} X_{ij,t}^*}{\sum_i \sum_j X_{ij,t-1}}}_{\text{COMPETITIVENESS EFFECT}}$$

Fonte: Fontoura e Serôdio, 2016.

O efeito estrutura, proposto por Leamer e Stern (1970), revela o lado da procura do comércio, com o qual se pretende conhecer a parcela da taxa de crescimento das exportações do país em estudo em função da variação das exportações mundiais para o mesmo mercado de destino (*Idem*). O efeito mercado mede o efeito da distribuição geográfica das exportações de um país, e caso as mesmas estejam direcionadas para mercados com elevada procura da sua produção, este efeito terá valores positivos (Skriner, 2009). Já o efeito produto define a especialização produtiva do país exportador, ou seja, quanto mais precisa for a especialização do mesmo nos produtos de maior procura externa, maior será o efeito produto (*Idem*). Por sua vez, o efeito de competitividade revela a influência da competitividade do preço praticado pelo país exportador e a competitividade não relacionada com o preço, que expressa os fatores qualitativos que refletem a diferenciação do produto, ou seja, transmite a capacidade do país exportador

em aumentar a participação das suas exportações no mercado de destino devido aos fatores de competitividade, independentemente da evolução estrutural do mercado de destino ou do comércio dos produtos exportados (*Idem*; Fontoura e Serôdio, 2016). Contudo, o presente trabalho vai ter em consideração mais um elemento do efeito de estrutura, o efeito de estrutura misto, um termo residual proposto por Milana em 1988, que incorpora em si todos os restantes fatores inexplicáveis dos efeitos acima mencionados (Milana, 1988).

$$\underbrace{\frac{\sum_i \sum_j S_{ij,t-1} \Delta X_{ij}^*}{\sum_i \sum_j X_{ij,t-1}}}_{\text{STRUCTURE EFFECT}} = \underbrace{\frac{\sum_i S_{i,t-1} \Delta X_i^*}{\sum_i \sum_j X_{ij,t-1}}}_{\text{PRODUCT EFFECT}} + \underbrace{\frac{\sum_j S_{j,t-1} \Delta X_j^*}{\sum_i \sum_j X_{ij,t-1}}}_{\text{MARKET EFFECT}} + \underbrace{\frac{\sum_i \sum_j S_{ij,t-1} \left( \Delta X_{ij}^* \frac{X_{ij,t-1}^*}{X_{i,t-1}^*} \Delta X_i^* - \frac{X_{ij,t-1}^*}{X_{j,t-1}^*} \Delta X_j^* \right)}{\sum_i \sum_j X_{ij,t-1}}}_{\text{MIXED STRUCTURE EFFECT}}$$

Fonte: Fontoura e Serôdio, 2016.



*Tabela I*

<b><u>Análise das CMSA da Ucrânia 1992-2013</u></b>							
<b><u>Áreas de Exportação</u></b>	<b><u>Produtos de Exportação</u></b>	<b><u>Efeito Crescimento Total</u></b>	<b><u>Efeito Estrutura</u></b>	<b><u>Efeito Produto</u></b>	<b><u>Efeito Mercado</u></b>	<b><u>Efeito Estrutura Misto</u></b>	<b><u>Efeito Competitividade</u></b>
<b><u>Rússia</u></b>	<b><u>Ferro e Aço</u></b>	381,53%	28,84%	27,19%	325,13%	-34,77%	-6,82%
	<b><u>Cereais e Outros Produtos Agrícolas</u></b>		1,45%	4,12%		-5,92%	0,49%
	<b><u>Óleos</u></b>		8,79%	6,11%		-5,95%	-4,79%
	<b><u>Produtos petrolíferos refinados</u></b>		2,67%	44,30%		-5,85%	-1,34%
	<b><u>Carvão</u></b>		0,05%	2,41%		-0,13%	0,74%
	<b><u>Outros</u></b>		290,88%	191,50%		-114,92%	-167,54%
<b><u>União Europeia 27</u></b>	<b><u>Ferro e Aço</u></b>		5,74%	27,19%	76,33%	-6,23%	47,95%
	<b><u>Cereais e Outros Produtos Agrícolas</u></b>		2,22%	4,12%		-3,13%	43,24%
	<b><u>Óleos</u></b>		0,97%	6,11%		-1,06%	6,49%
	<b><u>Produtos petrolíferos refinados</u></b>		39,23%	44,30%		-11,32%	-33,41%
	<b><u>Carvão</u></b>		2,36%	2,41%		-3,82%	4,37%
	<b><u>Outros</u></b>		48,54%	191,50%		-52,29%	60,43%

Fonte: Cálculos próprios a partir da base de dados da CHELEM.

*Tabela II*

<b><u>Análise CMSA da Ucrânia 2013-2015</u></b>							
<b><u>Áreas de Exportação</u></b>	<b><u>Produtos de Exportação</u></b>	<b><u>Efeito Crescimento Total</u></b>	<b><u>Efeito Estrutura</u></b>	<b><u>Efeito Produto</u></b>	<b><u>Efeito Mercado</u></b>	<b><u>Efeito Estrutura Misto</u></b>	<b><u>Efeito Competitividade</u></b>
<b><u>Rússia</u></b>	<b><u>Ferro e Aço</u></b>	-41,49%	-3,47%	-3,44%	-19,45%	0,46%	-0,64%
	<b><u>Cereais e Outros Produtos Agrícolas</u></b>		-0,17%	-1,14%		0,17%	-0,34%
	<b><u>Óleos</u></b>		-0,68%	-0,65%		0,13%	-0,49%
	<b><u>Produtos petrolíferos refinados</u></b>		-0,18%	-1,14%		0,18%	-0,10%

União Europeia 27	Carvão	-6,86%	-0,06%	-0,66%	-6,86%	0,07%	0,06%
	Outros		-15,76%	-7,98%		4,58%	-7,86%
	Ferro e Aço		-2,00%	-3,44%		1,70%	-2,15%
	Cereais e Outros Produtos Agrícolas		-0,93%	-1,14%		1,37%	-1,33%
	Óleos		-0,32%	-0,65%		0,25%	0,61%
	Produtos petrolíferos refinados		-0,96%	-1,14%		0,28%	-0,87%
	Carvão		-0,60%	-0,66%		0,22%	-0,50%
	Outros		-2,85%	-7,98%		3,91%	0,04%

Fonte: Cálculos próprios a partir da base de dados da CHELEM.

Tabela III

Análise CMSA da Ucrânia 2015-2017							
Áreas de Exportação	Produtos de Exportação	Efeito Crescimento Total	Efeito Estrutura	Efeito Produto	Efeito Mercado	Efeito Estrutura Misto	Efeito Competitividade
Rússia	Ferro e Aço	19,31%	1,82%	3,49%	5.82%	0,17%	-0,85%
	Cereais e Outros Produtos Agrícolas		0,02%	0,98%		-0,05%	-0,04%
	Óleos		0,03%	0,59%		-0,03%	-0,04%
	Produtos petrolíferos refinados		-0,02%	0,01%		-0,07%	0,03%
	Carvão		0,03%	0,59%		-0,15%	0,52%
	Outros		4,98%	6,08%		-2,05%	-10,18%
União Europeia 27	Ferro e Aço	6.50%	2,57%	3,49%	6.50%	-1,26%	0,42%
	Cereais e Outros Produtos Agrícolas		0,97%	0,98%		-1,14%	1,54%
	Óleos		0,56%	0,59%		-0,30%	3,44%
	Produtos petrolíferos refinados		0,01%	0,01%		-0,05%	0,60%
	Carvão		0,48%	0,59%		-0,09%	-0,51%
	Outros		3,68%	6,08%		-3,91%	9,25%

Fonte: Cálculos próprios a partir da base de dados da CHELEM.

Os principais destinos das exportações da Ucrânia são a União Europeia e a Rússia, que, em 2002, representaram aproximadamente 26% e 21%, respetivamente, do total exportado da Ucrânia. Portanto, o acesso dos seus produtos a esses mercados é de extrema importância para a Ucrânia. Devido aos seus laços políticos e económicos, a Rússia tem sido um mercado prioritário para as exportações ucranianas, no entanto, as exportações para a UE têm vindo a crescer, enquanto que para a Rússia oscilam significativamente, de modo que, em 2002, pela primeira vez as exportações ucranianas para a UE excederam as da Rússia (Anexo 1).

Constata-se que, em 1992, no ano subsequente à sua independência, os principais produtos exportados pela Ucrânia eram bens de baixa implementação tecnológica, produtos da indústria extrativa, e agrícola. Neste sentido, as 10 categorias de produtos, das 72 decomposições de produtos da CHELEM, correspondem a cerca de 67% do total das exportações da Ucrânia para a UE27 (incluía todos os países que vieram a integrar a UE posteriormente a 1992), e 19% do total das exportações para a Rússia, são eles: Ferro e Aço, Metalurgia Não-Ferrosa, Minério de Ferro, Carvão, Petróleo Bruto, Produtos Petrolíferos Refinados, Eletricidade, Cereais e Outros Produtos Agrícolas, e Óleos. O mesmo manteve-se para o ano de 2013, em que as mesmas categorias de produtos comprometiam 61% das exportações ucranianas para a UE27. Nos 3 anos seguintes após a guerra, a produção e, conseqüentemente, a exportação destes produtos teve um decréscimo significativo, cerca de 4 mil milhões de dólares, apesar do decréscimo nas exportações ucranianas ter sido sentido ao longo de todos os produtos, as quedas mais avassaladoras foram sentidas na exportação de Produtos Refinados de Petróleo, Carvão, Cereais, e Petróleo Bruto, este último que, apesar de não ter uma significância nas exportações para a UE, após a guerra com a Rússia, tornou-se quase nula.

Tal como se verifica na primeira tabela, relativa ao *Constant Market Share Analysis*, as exportações ucranianas, entre o ano seguinte à sua independência e o ano anterior à guerra com a Rússia (Tabela I), tiveram um crescimento total positivo, em grande parte devido ao efeito de mercado que proporcionava a Rússia, denotando-se que dos 381,53% de crescimento total das exportações ucranianas, 325,13% pertencia ao efeito de mercado russo, ou seja, geograficamente, a Ucrânia era viável para a Rússia nas suas exportações, isto não só devido à proximidade da Ucrânia ao país importador, mas também devido à

proximidade cultural existente, que torna a Ucrânia como um país exportador importante. Por sua vez, o efeito mercado que este exercia sobre o seu país vizinho, era quatro vezes superior ao efeito de mercado da União Europeia, que representava apenas 76,33% do crescimento total das exportações ucranianas. Denote-se, portanto, que o efeito de competitividade, correspondente à competitividade relacionada com o seu preço e não só, era tendencialmente positivo para o mercado europeu com uma grande ênfase para a exportação do ferro e do aço, ao qual correspondiam 47,95%, isto porque, o setor detém competitividade com os custos reduzidos da mão-de-obra, abundância de recursos, reduzidos investimentos/ despesas de capital e baixos custos relacionados com a proteção ambiental, (Banco Mundial, 2005), e para a exportação de cereais e outros produtos agrícolas aos quais correspondiam 43,24%, que sobressaíam de entre os demais produtos exportados. O efeito de competitividade para a Rússia sempre se manteve muito modesto ou mesmo negativo, justificado pelo facto de a Federação Russa e a Ucrânia deterem estruturas económicas muito idênticas, recursos naturais muito análogos, com especializações produtivas semelhantes, e ambas com mão-de-obra barata, o que nunca permitiu a Ucrânia ganhar competitividade face aos produtos nacionais russos. Com o efeito de estrutura positivo, realça-se que o mesmo variava bastante de produto para produto e entre as áreas de exportação, neste sentido, na exportação para a Rússia eram o ferro e o aço e os óleos que tinham valores superiores, enquanto no efeito estrutura das exportações para a União Europeia, o que detinha maior relevância eram os produtos petrolíferos refinados.

Conforme Tabela II, do ano 2013 para o ano de 2015 há um efeito crescimento total profundamente negativo de -41,49%, neste caso, houve uma diminuição do fluxo das exportações da Ucrânia para a União Europeia em 4069.18 milhares de dólares e da Ucrânia para a Rússia uma diminuição no total de 10242.37 milhares de dólares, o que demonstra a profunda deterioração das relações entre os dois parceiros comerciais, mas também a crise económica que a Ucrânia tem vindo a sofrer no decorrer da guerra com o país vizinho. Constata-se uma deterioração da procura pelos produtos ucranianos tanto por parte da União Europeia, como pela Rússia, esta última com um peso superior, representando uma diminuição em 19,45%, uma vez que nos anos anteriores também era a área de destino das exportações com maior peso para o país exportador em questão, ou

seja, a redução da procura pela produção ucraniana e a redução exponencial das relações comerciais entre os dois países foi responsável por quase metade da redução das exportações ucranianas. E, apesar dos efeitos produto e mercado em todas as suas variáveis deterem valores negativos, o efeito estrutura misto, um efeito residual que resulta da interação entre o efeito produto e o efeito mercado, tal como tinha sido proposto por Milana, é positivo em todos eles, o que significa que o país exportador especializa-se em mercados com uma procura elevada face aos produtos em questão, ou seja, face à profunda crise económica e política vivida, este consegue ser viável na exportação dos seus produtos para ambas as áreas de exportação.

Na Tabela III, relativa aos anos após a invasão da Crimeia e das regiões do leste da Ucrânia, entre 2015 e 2017, contudo, ainda num período de grande tensão nas relações económicas e políticas entre a Ucrânia e a Rússia, denota-se que esta deteve um crescimento total das exportações positivo em 19,31%, demarcado pela recuperação económica da Ucrânia e o fomento das suas relações com o ocidente, nomeadamente a União Europeia, a qual seria a sua prioridade nas relações económicas e comerciais, e com a qual estabeleceu acordos bilaterais, entre os quais se destaca o Acordo de Associação, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016, que entre os demais pressupostos, promoveu a criação de uma zona de comércio livre entre ambos. Neste sentido, importa realçar que de 2015 para 2017, as exportações ucranianas para a União Europeia cresceram em 4643.18 milhares de dólares, tendo superado os valores das mesmas antes da crise política, por sua vez, o mesmo não se concretizou com as exportações para Rússia, sendo que o seu valor desceu mais 745.47 milhares de dólares, tendo reduzido para os valores homólogos ao ano subsequente à sua independência, em 1992 (Anexo 1). Os valores que então se constatarem no *Constant Market Share Analysis*, realçam a recuperação da estrutura de exportação da Ucrânia, sendo que os valores demonstram que tanto o efeito estrutura e o efeito competitividade melhoraram significativamente para as exportações para a União Europeia, apesar de se manterem bastante modestos. E para a Rússia, constata-se que o efeito mercado continua bastante positivo, isto devido ao facto da Rússia, com uma ligeira recuperação económica caracterizada pelo aumento das exportações mundiais para esse país, estar fortemente dependente das exportações

ucranianas, tendo sido, até 2013, um dos seus principais parceiros comerciais, tendo criado uma dependência bilateral.

Consequentemente denota-se que a Ucrânia, durante longos anos após a independência, continuava bastante dependente da estrutura comercial da Rússia, o que, em grande medida não lhe permitia desenvolver as relações comerciais mais profundas com outros países ou uniões económicas e políticas. Esta situação veio a inverter-se com as agressões à integridade territorial da Ucrânia, em que as suas exportações, para ambas as áreas, tiveram um recuo significativo, demonstrando a crise económica e política profunda na qual o país mergulhou. Contudo, confirma-se que, a partir de 2015, esta tem vindo a priorizar as relações económicas com a União Europeia, que se revela não só em termos económicos, com o aumento dos fluxos comerciais entre os dois países, mas também em termos políticos com a ratificação de vários acordos bilaterais. E, embora esta ter vindo a dar ênfase às suas relações com a UE, esta continua, ainda, a ser dependente das exportações para a Federação Russa, uma vez que a deterioração das mesmas não foi um fenómeno natural, mas sim, um resultado de tensões políticas.

## 6. Conclusão

A crise na Ucrânia, que, até à data, comprometeu a morte de mais de 13 mil civis e militares, tornou-se o conflito europeu mais sangrento desde o início dos anos 90 e um choque para todo o sistema internacional. São bastante polarizadas as opiniões sobre a origem e os motivos da crise de 2013 entre a Rússia e a Ucrânia e a consequente violação da integridade territorial com a anexação da Crimeia e das regiões do leste ucraniano. Contudo, no decorrer do trabalho ficou bastante notório que a crise foi um resultado do acumular de diversas políticas, ações e aspirações desta última.

Em primeiro lugar podemos constatar que esta foi, indubitavelmente, uma consequência das políticas formuladas por Kiev, que demonstravam a ânsia da independência e da sua inserção como Estado autónomo na arena internacional, e, por outro lado, a falta de perceção da sua conexão económica e política face à Federação Russa. Os demais presidentes, que estiveram no mandato desde 1991, desenvolveram a política externa conforme as suas ambições, que ora eram pró-ocidentais, reconhecendo a necessidade de se tornar um Estado europeizado e de proceder às reformas estruturais de todo o sistema político e económico, ora eram inspiradas na nostalgia soviética de recriar os laços políticos e económicos com o país vizinho. Maioritariamente, na formulação destas ambições prevalecia a vontade dos oligarcas regionais e da elite cosmopolita.

Por outro lado, esta violação da soberania da Ucrânia demonstra a assertividade russa em restaurar a sua esfera de domínio político numa região vital para se confirmar como superpotência, tendo, ao longo das décadas, tentado construir regiões no espaço pós-soviético, de modo a compensar a influência da UE nos países do leste. A Ucrânia, por sua vez, é uma peça fundamental para a sua segurança, posicionando-se como um estado-tampão que mantém afastada a ameaça europeia, e, especialmente da NATO, sequencialmente, Kremlin projeta sempre a imagem de pertença primária e, aparentemente, incondicional da Ucrânia a todo o espaço pós-soviético. Portanto, no decorrer do trabalho, tornou-se bastante notório que aquando da aproximação da Ucrânia à UE e/ou à NATO, a Rússia, reconhecendo a dependência energética, comercial e política ucraniana face à mesma, por meio *soft* e *hard power*, promoveu crises civis,

económicas e políticas internas no país. Esta premissa tornou-se ainda mais perceptível quando esta preparou e tem vindo a apoiar o separatismo no leste do país, que para além de objetivos primários já anunciados, tem um objetivo ainda mais ambicioso, a reformulação do Estado ucraniano de modo a criar unidades territoriais politicamente e economicamente distintas nos quais prevaleceria a sua ligação com a Federação Russa, e simultaneamente, incapacitaria a Ucrânia de formular uma política externa e de segurança, que outrora entravam em conflito com as preferências russas, nomeadamente a sua adesão à NATO, uma vez que a detenção num país de “disputas étnicas ou territoriais externas, incluindo reivindicações irredentistas ou disputas jurisdicionais internas” é um fator determinante para a integração na Organização (NATO, 1995). O que promoveu, desde 2013, uma nova forma de interdependência entre os Estados.

A Ucrânia, apesar de se ter consagrado como Estado independente desde 1991, tem vindo a sofrer uma dependência forte, não só em termos políticos, como tinha sido relatado anteriormente, mas também em termos económicos. Isto revela-se no facto de, não só, a maior parcela do IDE ser proveniente da Federação Russa e da União Europeia, como também, serem os principais mercados de exportação da sua produção. Nos cálculos efetuados, podemos afirmar que a Rússia permanecia como o seu maior parceiro comercial, visto que, entre os anos 1992 e 2013, o seu Efeito Mercado comprometia 325,13% dos 381,53% do Crescimento Total das exportações ucranianas, prevalecendo como o maior país importador de produção ucraniana durante várias décadas. Contudo, nos últimos anos, e, por motivos extraordinários, esta tem vindo a perder a sua significância, como se relata na redução do seu Efeito Mercado entre os anos 2013 e 2015, sendo relevante referir que a redução do Efeito Mercado, caracterizado pela queda da sua procura pela produção ucraniana, bem como, o ambiente hostil e de guerra vivido entre ambos os países, foi a principal razão da queda do Crescimento Total das exportações para aqueles anos. É neste ambiente que começa a prevalecer a União Europeia como mercado importação da produção ucraniana, que, pela primeira vez, consegue obter um Efeito Mercado superior ao exercido pela Federação Russa, e na qual, os produtos ucranianos começam a recuperar a sua competitividade.



Desde a Crise da Crimeia, a Ucrânia tem vindo a destacar o desenvolvimento das suas afinidades com o Ocidente, vindo a aprofundar as suas relações com a União Europeia, a NATO e os EUA tanto na vertente política e económica como de segurança.

## Bibliografia

Acordo Bilateral Ucrânia-Rússia (1997). *Acordo de Amizade, Cooperação e Parceria entre a Federação Russa e a Ucrânia* (Договор о дружбе, сотрудничестве и партнерстве между Российской Федерацией и Украиной). Disponível em: <http://docs.cntd.ru/document/1902220>. Data de acesso: 10 de setembro de 2019.

Aslund, Anders (2015). *Ukraine: What Went Wrong and How to Fix it*. Peterson Institute for International Economics: Washington.

Averchuk, Rostuslav (2017). “Foreign Direct Investment in Ukraine: War and Peace” in *Vox Ukraine*. Disponível em: <https://voxukraine.org/en/investments-in-ukraine-en/>. Data de acesso: 12 de setembro de 2019.

Banco Mundial (2005). *Ukraine's Trade Policy: A Strategy for Integration into Global Trade*. Washington D.C.: The World Bank.

Banco Mundial (2019). *Foreign direct investment, net inflows (BoP, current US\$)* — *Ukraine*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD?locations=UA>. Data de acesso: 25 de setembro de 2019).

CEIC (2018). “Ukraine Coal Production” in *CEIC DATA*. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en/indicator/ukraine/coal-production>. Data de acesso: 15 de setembro de 2019.

Cohen, Ariel (2019). “As Russia Closes In On Crimea's Energy Resources, What Is Next For Ukraine?” in *Forbes*. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/arielcohen/2019/02/28/as-russia-closes-in-on-crimeas-energy-resources-what-is-next-for-ukraine/#273104d229cd>. Data de acesso: 1 de setembro de 2019.

Crane, Keith e Larrabee, F. Stephen (2007). *Encouraging Trade and Foreign Direct Investment in Ukraine*. Kiev: RAND National Security Research Division.

Devetak, Silvo e Sirbu, Olesea (ed.), (2012). *Analyses of EU-Partner Countries Relations: Reflections from Belarus, Moldova, Russia and Ukraine*. Institute for Ethnic and Regional Studies: Maribor. Disponível em: <http://www.iscomet.si/images/documents/Publikacije/ANALYSES%20OF%20EU%20%E2%80%93%20PARTNER%20COUNTRIES%20RELATIONS%20REFLECTIONS%20FROM%20BELARUS,%20MOLDOVA,%20RUSSIA%20AND%20UKRAINE.pdf#page=447>. Data de acesso: 21 de novembro de 2018.

Doroshko, M.S (2011). *Interesses geopolíticos e a política externa dos países pós-soviéticos. (Геополітичні інтереси та зовнішня політика держав пострадянського простору)*. Kiev: Nika-Centr.

Dragneva, Rilka e Wolczuk, Kataryna (2015). *Ukraine between the EU and Russia: The Integration Challenge*. London: Palgrave Macmillan.

European Commission (1998). *PCA with Ukraine enters in force*. European Commission: Brussels. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-98-198\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-98-198_en.htm). Data de acesso: 20 de novembro de 2018.

Fischer, Max (2014). “Everything you need to know about the Ukraine crisis” in Vox. Disponível em: <https://www.vox.com/2014/9/3/18088560/ukraine-everything-you-need-to-know>. Data de acesso: 19 de agosto de 2019.

Fontoura, Maria Paula e Serôdio, Pedro (2016). *The Export Performance of the 2004 EU Enlargement Economies since the 1990s: A Constant Market Share Analysis*. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/12190/1/wp162016DEUECE.pdf>. Data de acesso: 20 de setembro de 2019.

Graaf, Thijs Van de, e Colgan, Jeff (2017). “Russian Gas Games or Well-Oiled Conflict? Energy Security and the 2014 Ukraine Crisis” in *Forthcoming in Energy Research & Social Science*. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629616303218>. Data de acesso: 19 de agosto de 2019.

Havrylyshyn, Oleh (2017). *The Political Economy of Independent Ukraine: Slow Starts, False Starts, and a Last Chance?*. London: Palgrave Macmillan.

Jakubiak, Malgrozata e Kolesnichenko, Anna (ed.) (2006). *Prospects for EU-Ukraine Economic Relations*. Center for Social and Economic Research: Warsaw

Kalb, Marvin (2015). *Imperial Gamble: Putin, Ukraine, and the New Cold War*. Washington: The Brookings Institution.

Kopirenko, P.S., Barmak, M.B., Tereschenko, V.D e Starka, V.V. (2010). “Lições da História da Ucrânia, século XX até inícios do século XXI” (“Курс лекцій з історії України XX - початку XXI століття.”) in *Ucrânia a caminho da Independência* (Україна на шляху незалежності). Disponível em: <http://zno.academia.in.ua/course/view.php?id=18>. Data de acesso: 23 de novembro de 2018

Kubicek, Paul (2008). *The History of Ukraine*. Greenwood Publishing Group: Westport

Kuzio, Taras (2004). “Analysis: Ukraine’s foreign policy: pro-Russian, pro-Western or simply pro-Kuchma?”. Disponível em: <http://www.ukrweekly.com/old/archive/2004/080405.shtml>. Data de acesso: 12 de março de 2019.

Milana, C. (1988). "Constant-Market-Shares analysis and index number theory" in *European Journal of Political Economy*, Vol. 4, N° 4.

Mineral Resources of Ukraine (2019). *Combustible Minerals*. Disponível em: <http://eng.minerals-ua.info/>. Data de acesso: 29 de agosto de 2019.

NATO (1995). *Study on NATO Enlargement*. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_24733.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_24733.htm). Data de acesso: 26 de setembro de 2019.

NATO (1997). *Charter on a Distinctive Partnership between the North Atlantic Treaty Organization and Ukraine*. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_25457.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25457.htm)? Data de acesso: 15 de agosto de 2019.

NATO, s.d., "The energy dimensions of Russia's annexation of Crimea" in *NATO Review*. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/2014/NATO-Energy-security-running-on-empty/Ukraine-energy-independence-gas-dependence-on-Russia/EN/index.htm>. Data de acesso: 20 de novembro de 2018

OECD (2011). *Investment Policy Review: Ukraine*. Paris: OECD Publications Service.

OECD (2016). *OECD Investment Policy Reviews: Ukraine 2016*. Paris: OECD Publishing.

Peitsch, Barbara (1997). "Investment in Ukraine" in *The OECD OBSERVER*. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/265006329\\_Investment\\_in\\_Ukraine\\_Investment\\_in\\_Ukraine](https://www.researchgate.net/publication/265006329_Investment_in_Ukraine_Investment_in_Ukraine). Data de acesso: 21 de setembro de 2019.

Plokhyy, Serhii (2015). *The Gates of Europe: A History of Ukraine*. New York: Basic Books.

Pridham, Geoffrey (2014). "EU/Ukraine Relations and the Crisis with Russia, 2013-2014: A Turning Point" in *The International Spectator*. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03932729.2014.965587>. Data de acesso: 20 de novembro de 2018.

Saha, David, Kravchuk, Vitaliy e Kirchner, Robert (2018). *The economic impact of FDI on Ukraine*. Berlin/Kiev: German Advisory Group, Institute for Economic Research and Policy Consulting.

Skriner, Edith (2009). "Competitiveness and Specialisation of the Austrian Export Sector- A Constant-Market-Shares Analysis" in *FIW Working Paper n°32*. Disponível

em: [https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121032/1/N\\_032.pdf](https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121032/1/N_032.pdf). Data de acesso: 20 de setembro de 2019.

Snihur, V., Malashkevych, D. e Vvedenska, T. (2016). “Tendencies of coal industry development in Ukraine” in *Mining of Mineral Deposits*, Volume 10. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/304712430\\_Tendencies\\_of\\_coal\\_industry\\_development\\_in\\_Ukraine](https://www.researchgate.net/publication/304712430_Tendencies_of_coal_industry_development_in_Ukraine). Data de acesso: 1 de setembro de 2019.

Stelmakh, Anastasiya (2014). *The Crimean Crisis in Energy Terms*. Disponível em: <http://ukraineanalysis.wordpress.com/2014/03/>. Data de acesso: 3 de setembro de 2019.

Subtelny, Orest (2009). *Ukraine: a history*, 4ª edição, Universidade de Toronto: Toronto.

Sutela, Pekka (2012). “The Underachiever: Ukraine's Economy Since 1991” in *Carnegie: Endowment for International Peace*. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2012/03/09/underachiever-ukraine-s-economy-since-1991-pub-47451>. Data de acesso: 2 de setembro de 2019.

Terterov, Marat (2005). *Doing Business with Ukraine*. London: GMB Publishing Ltd.

Usova, L. (2011). *Política externa da Ucrânia: entre o desalinhamento e a integração euro-atlântica. (Внешняя политика Украины: между внеблочностью и евроатлантической интеграцией)*. Disponível em: <https://cyberleninka.ru/article/n/vneshnyaya-politika-ukrainy-mezhdu-vneblokovostyu-i-evroatlanticheskoy-integratsiey>. Data de acesso: 20 de agosto de 2019.

Velychenko, Stephen (2007). *Ukraine, the EU and Russia: History, Culture and International Relations*. Palgrave Macmillan: Nova Iorque

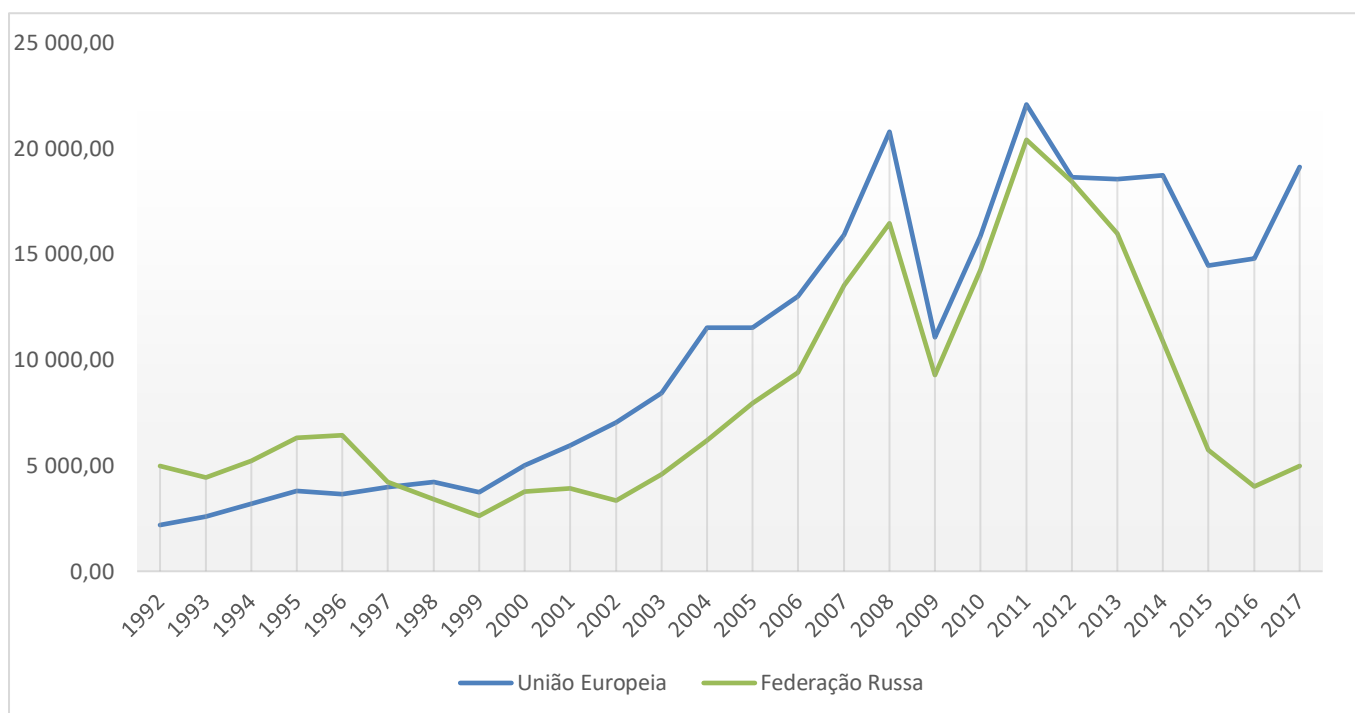
Verkhovna Rada (1993). *As principais orientações da Política Externa da Ucrânia*. Disponível em: <http://zakon5.rada.gov.ua/laws/show/3360-12>. Data de acesso: 20 de novembro 2018

Zhiltsov, S. S. (2013). *The evolution of the foreign policy of Ukraine: the modern stage (1991–2013)*. Moscovo: Peoples' Friendship University of Russia.

## Anexos

### Anexo 1

Variação das exportações da Ucrânia para a União Europeia e para a Rússia de 1992 a 2017

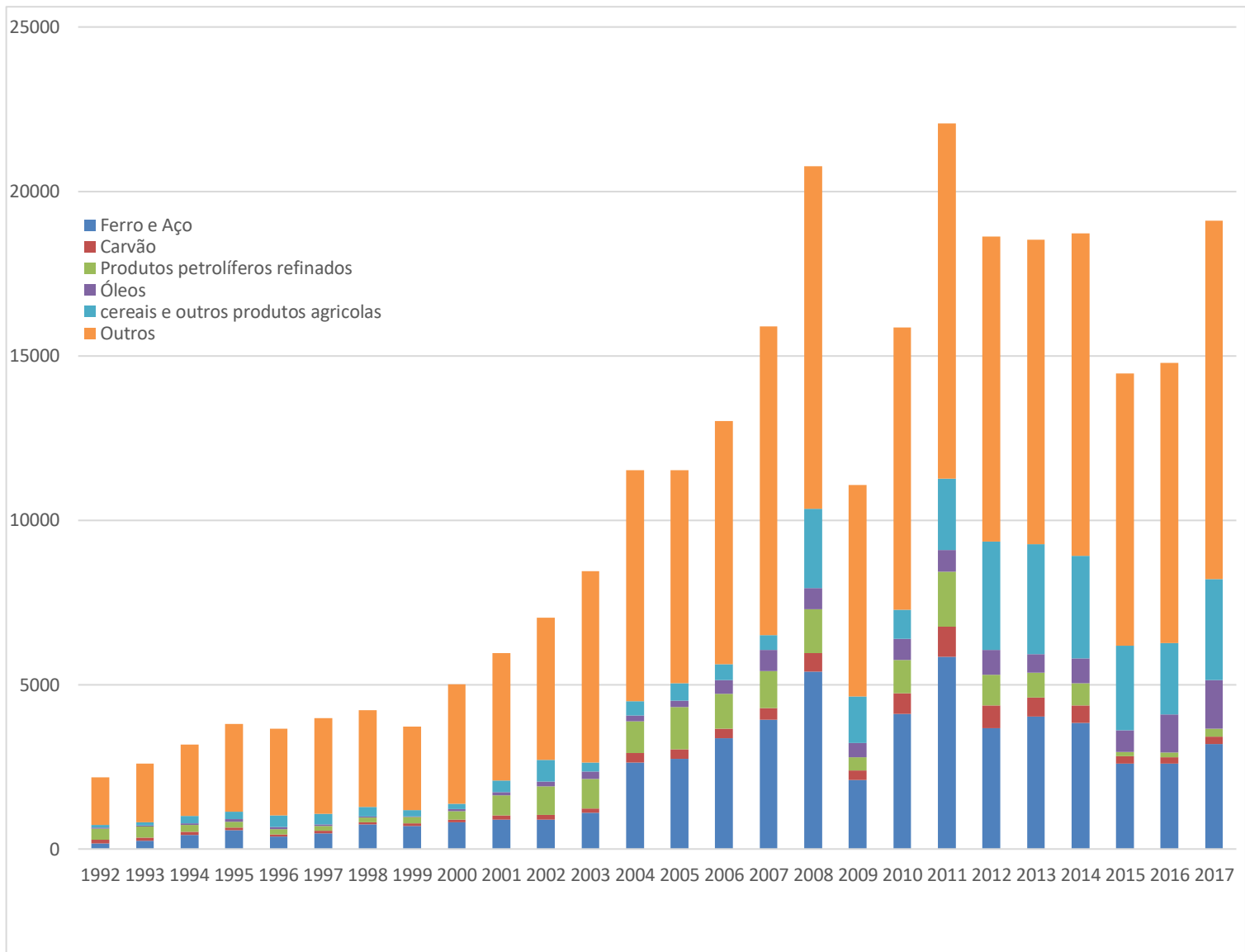


Fonte: CHELEM -International Trade Database.



## Anexo 2

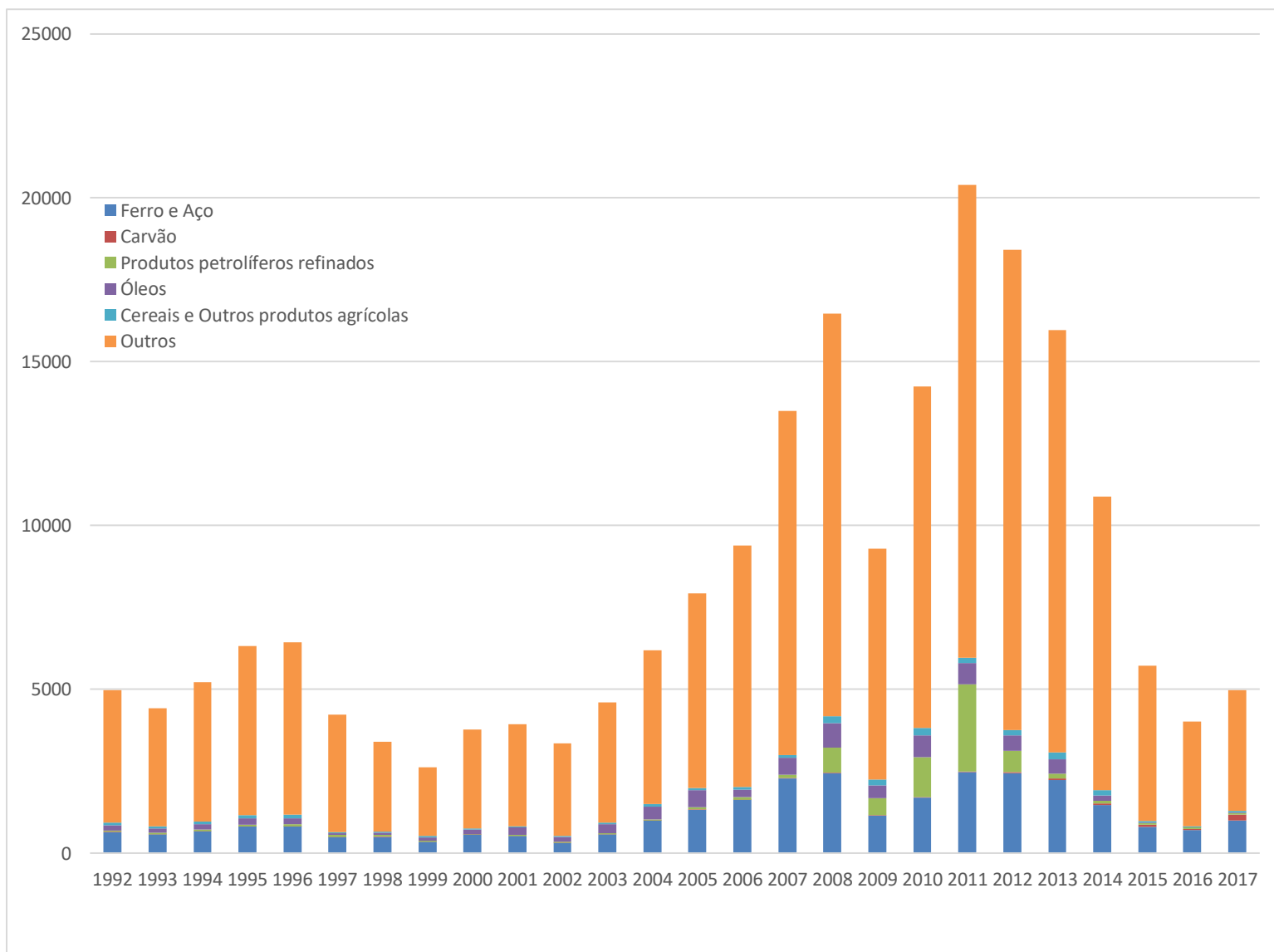
### Variação das exportações dos produtos analisados da Ucrânia para a União Europeia de 1992 a 2017



Fonte: CHELEM - International Trade Database.

### Anexo 3

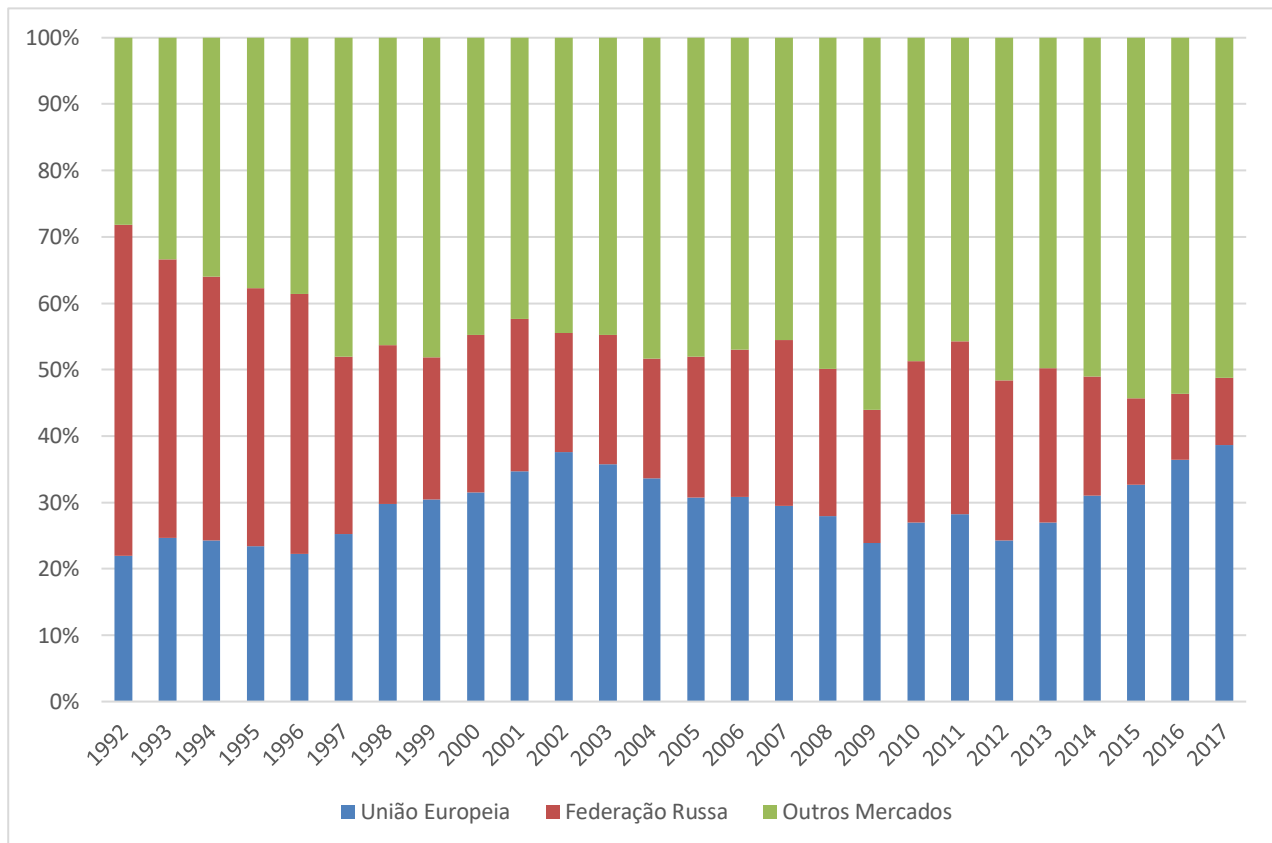
#### Variação das exportações dos produtos analisados da Ucrânia para a Federação Russa de 1992 a 2017



Fonte: CHELEM -International Trade Database.

## Anexo 4

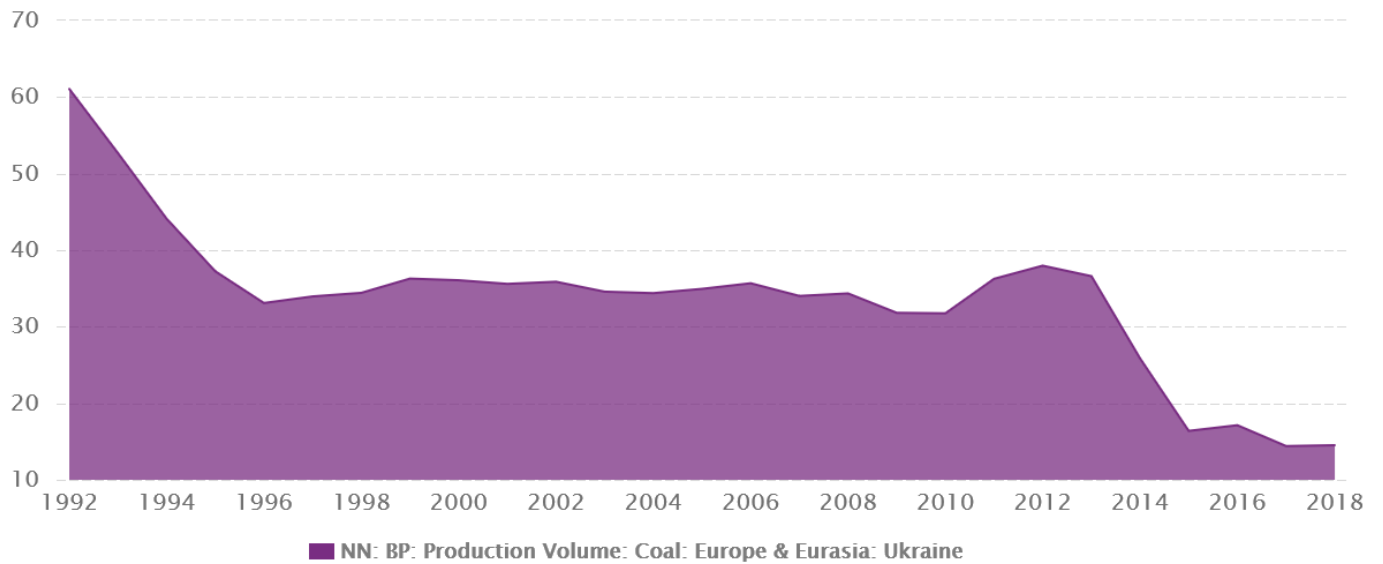
### Distribuição das exportações da Ucrânia de 1992 a 2017



Fonte: CHELEM -International Trade Database.

## Anexo 5

### Produção de Carvão na Ucrânia de 1992 a 2018

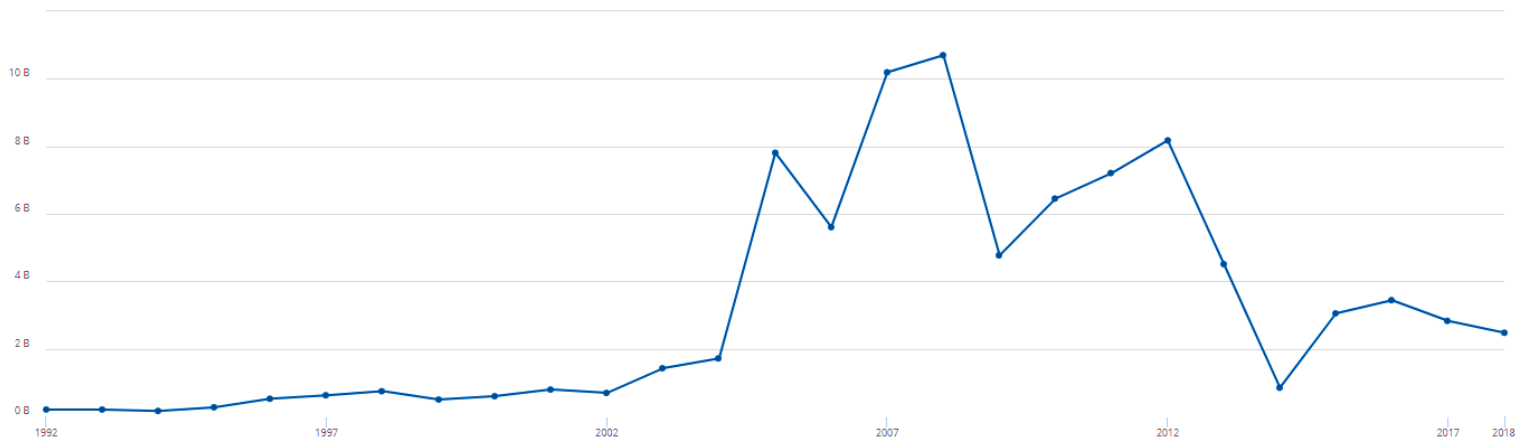


SOURCE: WWW.CEICDATA.COM | BP PLC

Fonte: CEIC, 2018.

## Anexo 6

### Investimento Direto Estrangeiro da Ucrânia de 1992 a 2018



*Fonte:* Banco Mundial, 2019.

## Anexo 7

### Mapa da Ucrânia: localização das indústrias de extração de carvão



Fonte: Mineral Resources of Ukraine, 2019